

## As "redes sociais de resistência" originadas pela produção agroecológica e pela organização cooperativa<sup>1</sup>

Veridiany Filus<sup>2</sup>

Romilda de Souza Lima<sup>3</sup>

Recebido em: 22/04/2023

Aprovado em: 05/06/2024

**Resumo:** Face à conjuntura do capitalismo brasileiro contemporâneo, que tem como uma de suas bases a estrutura agrária e agrícola pensada para o país, na qual a produção de commodities é uma estratégia sólida para sua manutenção, o presente artigo traz para a discussão experiências que se preocupam com a manutenção dos recursos naturais e da vida no campo, a fim de compreender as "redes sociais de resistência" enquanto articulações cíclicas de atores em rede, que dentro da produção agroecológica buscam mercados justos de comercialização. Nesta perspectiva, tendo em vista fomentar a utilização do termo "redes sociais de resistência", o artigo, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, trará para reflexão a experiência de resistências formadas em detrimento ao agronegócio, tendo como pontos norteadores a agroecológica e a estrutura de escoamento de produção cooperativa. Somados a essa delimitação, o artigo procura interconectar os aspectos de relevância de cada experiência de resistência relatada, e identificar as suas amarrações. Pode-se observar que a expansão das "redes sociais de resistência" é crucial ao fortalecimento de ações que perpassam a confluência do debate da posse e do uso da terra e de um desenho de aliança cidade-campo capazes de acelerar a democratização da terra e a transição agroecológica.

**Palavras-chave:** resistência; agroecologia; cooperativa rural.

---

<sup>1</sup> O artigo faz parte da tese de doutorado intitulado: "Redes sociais de resistência": O relato da rede social cooperativa e agroecológica da Comuna da Terra. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6374/5/Veridiany%20Fillus.pdf>

<sup>2</sup> Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil. Contato: [veri\\_filus@yahoo.com.br](mailto:veri_filus@yahoo.com.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1349-2601>.

<sup>3</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil. Contato: [romislima2@gmail.com](mailto:romislima2@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0968-0044>

## **Las "redes sociales de resistencia" creadas por la producción agroecológica y la organización cooperativa**

**Resumen:** Frente a la situación del capitalismo brasileño contemporáneo, que tiene como una de sus bases la estructura agraria y agrícola diseñada para el país, en la que la producción de mercancías es una estrategia sólida para su mantenimiento, este artículo trae a la discusión experiencias que se refieren a la mantenimiento de los recursos naturales y la vida en el campo, para entender las "redes sociales de resistencia" como articulaciones cíclicas de actores en red, que dentro de la producción agroecológica buscan mercados de comercialización justos. En esta perspectiva, con miras a promover el uso del término "redes sociales de resistencia", el artículo, a través de una investigación documental y bibliográfica, traerá a la reflexión la experiencia de resistencia formada en detrimento de los agronegocios, teniendo como puntos rectores la estructura agroecológica y de flujos de producción cooperativa. Sumado a esta delimitación, el artículo busca interconectar los aspectos relevantes de cada experiencia de resistencia relatada e identificar sus vínculos. Se puede observar que la ampliación de "redes sociales de resistencia" es crucial para el fortalecimiento de acciones que permeen la confluencia del debate sobre la propiedad y uso de la tierra y un diseño de alianza ciudad-campo capaz de acelerar la democratización de la tierra y la tierra y la transición agroecológica.

**Palabras-clave:** resistencia; agroecología; cooperativa rural.

## **The "social networks of resistance" created by agroecological production and cooperative organization**

**Abstract:** Given the conjuncture of contemporary Brazil's capitalism which has as one of its basis the agricultural and agrarian structure designed for the country, where commodities production is a solid strategy for its maintenance. This article brings to the discussion experiences that are concerned with the maintenance of natural resources and life in the countryside, in order to understand "social networks of resistance" as cyclical articulations of networked actors, who within agroecological production seek fair markets of marketing. In this perspective, with a view to promoting the use of the expression "resistance social networks", the paper, through documentary and bibliographic research will bring for reflection the experience of resistance formed to the detriment of agribusiness, having as guiding points the agroecology and the flow structure of cooperative production. Added to this delimitation, the paper seeks to interconnect the relevant aspects of each reported resistance experience, and to identify the way in which their binding takes place. It is noticeable that the expansion of "resistance social networks" is crucial to the strengthening of actions that permeate the confluence of the debate on land ownership and tenure and a design of a city-countryside alliance capable of accelerating the democratization of land and agroecological transition, in the face of neoliberalism.

**Keywords:** resistance; agroecology; rural cooperative.

## Introdução

A crise climática vivida na contemporaneidade preocupa inúmeros segmentos da população mundial. Cientistas, ambientalistas, políticos, movimentos populares e sociedade civil, cada qual em seu "lugar de fala"<sup>4</sup>, sentem e se expressam em relação aos efeitos da organização estabelecida mundialmente para a utilização dos ditos "recursos naturais".

No contexto atual, o capitalismo monopolista exacerba "o sistema totalizante das contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica" (NETTO, 2011, p. 19). Nesse sentido, aprofunda-se o caráter predatório do sistema, expresso na mercantilização das formas culturais e históricas das comunidades locais; na ampliação da escala de destruição dos recursos naturais; e, no caso dos países periféricos, na privatização do bem público (HARVEY, 2004).

No entanto, conforme sinaliza Foster (2006, p. 239), "o capital do final do século XX e início do século XXI esbarra em barreiras ecológicas no nível da biosfera, que não podem ser superados, como acontecia anteriormente, mediante o 'ajuste espacial' da exploração e expansão geográficas", tendo em vista que a recorrente degradação da periferia e a crescente concentração dos centros se tornam insustentáveis.

Contexto fundamentado a partir do modo capitalista de produção, que, com o respaldo do desenvolvimento tecnológico, proporcionou o domínio da natureza e, concomitantemente, se transformou em fonte de destruição; submetendo a humanidade a um grande paradigma, pois, enquanto esbanja riqueza, produz em igual proporção uma imensidão de miséria<sup>5</sup> (SILVA, 2010).

No entanto, mesmo com tal conjuntura e mobilização, o que também se observa é um movimento contrário e crescente – nos últimos cinquenta anos – de negação da escassez dos recursos e da exploração, somada à negação do fenômeno da mudança climática do planeta (HONORATO; SILVA, 2021). Segundo Honorato e Silva (2021, p.

---

<sup>4</sup> "Lugar de expressão de um determinado grupo social, lugar onde este aparece e se coloca enquanto sujeito" (FRANÇA, 2001, p.6).

<sup>5</sup> Em um contexto mediado por uma mobilização de caráter bélico-militar comandado pelos Estados Unidos da América-EUA que aprofunda a subalternidade das economias periféricas (SILVA, 2010).

391), “vivemos um momento em que as elites concluíram não existir mais espaço para elas e o restante dos habitantes do planeta”, pois compreenderam, a partir de 1980, que haveria um colapso global pela escassez de recursos e decidiram não pagar o preço, centralizar as informações e construir comunidades muradas para escapar do fim. Pautado em um sistema/cenário de manipulação que possui traços bem marcados, e que atualmente pode ser exemplificado por governos negacionistas, a exemplo do vivido pelos Estados Unidos no “trumpismo”<sup>6</sup> e no Brasil pelo “bolsonarismo”<sup>7</sup>.

Dentre as estratégias significativas desse negacionismo, pode-se destacar a saída dos Estados Unidos da América do acordo de Paris em 2017<sup>8</sup>, momento em que Donald Trump governava, do Brexit na Inglaterra, e, no Brasil, por meio do estímulo do presidente da república, a internacionalização da Amazônia, na aprovação de desregulamentações ambientais<sup>9</sup>, bem como na ampliação de utilização de insumos químicos na agricultura (ROQUE, 2021). A exemplo da criação do Projeto de Lei – PL 6299/2002 - , chamado popularmente de “PL do Veneno”, onde “os interesses da indústria química vêm se impondo por meio de estratégias baseadas em decisões de instâncias e órgãos dos quais se esperava responsabilidade na missão de proteger a saúde humana e a natureza” (DARANCHO, 2021, p.62).

Diante desse contexto preocupante, é crucial repensar a relação humana com a “natureza”, abandonando de vez a posição de domínio e depredação em busca de interesses e lucros a curto prazo e a qualquer custo ambiental. Latour (2020) afirma que

---

<sup>6</sup> Primeiro movimento político “a ser pautado pela questão ecológica – embora seja fundamentado pelo seu inverso, a negação completa dessa questão. Latour defende que o “trumpismo” só foi possível nos EUA em virtude da negação das mudanças climáticas. O autor delimita essa posição política como um movimento para fora deste mundo (escapismo), uma vez que este não aponta mais para a construção de uma realidade ou um futuro comum, mas para um mundo que não existe” (HONORATO; SILVA, 2021, p. 392).

<sup>7</sup> Segundo o dicionário Infopédica, bolsonarismo pode ser considerado um conjunto de princípios e práticas políticas associadas ao político brasileiro Jair Bolsonaro, que em 2018 foi eleito o 38º presidente da República do Brasil. Para mais discussões sobre tais expressões, ver: Reis (2020): “Notas para compreensão do Bolsonarismo”.

<sup>8</sup> Direcionamento que foi revogado poucas horas após a eleição de Biden, em 2020.

<sup>9</sup> No Brasil, fica cada vez mais evidente que a ascensão da extrema direita tem relação direta com o negacionismo climático, alçado à política de Estado por Bolsonaro. Sabemos que existe uma ação concertada de organizações negacionistas para contestar verdades produzidas pela ciência do clima: os “mercadores da dúvida”, que começaram a agir nos anos 1990 (ROQUE, 2021).

é necessário se pensar em uma total reorientação da política ocidental, que seja contrária ao posicionamento negacionista.

Segundo o autor, há ainda a necessidade de se romper com as oposições entre Local e Global, e entre Esquerda e Direita, pois elas não dão conta de explicar as transformações em curso, no contexto da transição ao novo regime climático e na busca de por onde aterrizar. Sugere que a política exclusivamente humana chegue ao fim, pois, em detrimento da soberania entre Estados, do bloqueio das fronteiras, transforma-se aquilo que se intitula "natureza". Para ele, é necessário que a ecologia política transcenda as dualidades entre ciências naturais e sociais, para dar conta dos agenciamentos coletivos heterogêneos que são processos sacionaturais (LATOUR, 2004).

Tarefa que não se configura como algo simples, tendo em vista a injeção maciça de capital na criação de subsídios estatais, ecologicamente vulneráveis e que por vezes escapam da materialidade do controle social, a exemplo dos incêndios florestais, que têm efeitos imprevistos sobre o vínculo natureza-capital (AGUAYO, 2015).

À luz dos fatos, chega-se à compreensão de que as lutas sociais e ambientais são intrínsecas e inseparáveis, na medida em que ambas têm a necessidade de proteger seus terrenos de vida, em uma proposta que prioriza a articulação do mesmo coletivo<sup>10</sup> (CORNETTA, 2009). Segundo Cornetta (2009), é preciso descobrir o trabalho comum das políticas e das ciências, para torná-las articuláveis e atuantes. Pois natureza e sociedade carecem de uma explicação conjunta, entre humanos e não-humanos, para que possam ser entendidos universalmente pelos interessados nos problemas de transição e transformação ambiental (SCHWARTZMAN, 1994).

Segundo Schwartzman (1994, p. 173), por meio desta articulação o "que importa é transmissão de conhecimentos específicos e locais através de uma grande rede de mediações", por intermédio da qual se constroem objetos técnicos e científicos que consolidam informações e procedimentos, operando como "caixas pretas", com

---

<sup>10</sup> Para Latour, "coletivo distingue-se em primeiro lugar de sociedade, termo que nos remete a uma má distribuição de poderes; e acumula em seguida os antigos poderes da natureza e da sociedade num só lugar" (CORNETTA, 2009, p.131).

informações ainda mais complexas e que podem contribuir para romper com o quadro de negação da sociedade atual.

Quando se pensa nessa articulação para a realidade rural, tais orientações e reordenamentos podem e devem estar conectados, bem como poderão ser sistematizados e operacionalizados por meio de projetos de desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista a importância da agricultura brasileira e do forte movimento popular que ocorre no campo.

Os trabalhadores do campo são os que mais têm a oportunidade de conexão com a natureza, na vivência cotidiana de seu trabalho, o que os torna testemunhas diárias das transformações climáticas, mas também sujeitos de poder, ou seja, que podem usar o lugar de fala para apontar os problemas e também ajudar a pensar e a propor as soluções orientadas para o desenvolvimento rural equilibrado, enquanto ainda há tempo para barrar a destruição planetária.

Para Alves (2008), as propostas de desenvolvimento rural sustentável tendem a seguir três princípios básicos, que são: a valorização da vida em comunidade; o protagonismo dos agricultores; e a ideia de que, por meio da identidade, espírito comunitário, as comunidades possam optar por técnicas agrícolas diferenciadas das implementadas na modernidade. Movimento que desestigmatiza o ator rural enquanto mero receptáculo de tecnologia e insumos e fornecedor de matérias-primas e alimentos para o urbano.

Nesse sentido, a discussão trazida nesse artigo compreende a observação das experiências de produção, que levam em consideração a utilização sustentável dos recursos naturais e da manutenção das vidas/famílias no meio rural, e que por meio das "redes sociais de resistência"<sup>11</sup>, identificadas enquanto articulação cíclica de atores em redes que se opõem à ideia de negação dos recursos naturais e, conseqüentemente, de uma sociabilidade digna à população periférica, estruturam espaços de comercialização de produção mais interessantes, para essa comunidade.

---

<sup>11</sup> Trata-se de um conceito ainda em construção, que articula experiências de oposição às imposições da lógica capitalista do mundo rural e agrário.

## Processo metodológico

Para além da introdução, o artigo conta com a descrição metodológica de seleção dos artigos científicos, com uma contextualização em relação ao assunto da inserção de práticas adversas às preconizadas pela indústria alimentícia; em um terceiro momento, trabalha em específico com as articulações realizadas pela prática agroecológica e a organização cooperativa, visualizando-as enquanto “redes sociais de resistência”, para, por fim, interconectar as experiências delimitadas pelo recorte bibliográfico.

No que compete especificamente à proposta metodológica, parte-se da perspectiva de que o processo científico ocorre pelo caminho do pensamento e na prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2016). Com base nessa premissa analítica, realizou-se uma pesquisa quantiquantitativa, que teve como universo de documentos os artigos científicos publicados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, entre os anos de 2010 e 2020, corrigidos por pares, e que tiveram como palavras-chave: agroecologia; redes; resistência (na primeira busca) e cooperativa; rural; redes; resistência (na segunda busca), tendo em vista articular as experiências agroecológicas e cooperativas, enquanto “redes sociais de resistência”.

O intuito é traçar um panorama geral de experiências, sistematizadas por meio de artigos científicos, onde se obtiveram 215 artigos com a primeira busca, e 667 na segunda, dos quais existiram conexões de postagem nas duas pesquisas. Dentre esta compilação, e após análise criteriosa do conteúdo dos artigos, foram selecionadas 15 publicações (Tabela 1), que compõem este movimento de identificação dos processos agroecológicos e cooperados ao termo “redes sociais de resistência”, priorizando textos que dialogam com a Teoria Ator-Rede (ANT), por compreender que ela interconecta saberes.

A ANT desenvolvida por autores como Michel Callon, John Law, Madeleine Akrich, Andy Barry, Annemarie Mol, Bruno Latour, entre outros, tem o enfoque de suas análises voltadas à ciência e tecnologia; e parte do pressuposto de que os processos

plurais e incompletos constituem a organização. A ANT desenvolve sua retórica com o intuito de sanar com as dicotomias, por meio da noção de híbridos e de que “a ciência seja vista como um produto de uma rede de materiais heterogêneos, incluindo agentes, instituições sociais, máquinas e organizações” (ALVES, 2008, p.60). Contexto que estimula a identificação dos projetos de desenvolvimento de uma forma diversa, com a observação dos atores, das políticas e dos interesses que perpassam as intervenções.

Segundo Latour (2007) a teoria está associada a uma visão específica da agência dos atores, onde o ator é compreendido enquanto fonte de ação, não necessariamente personificada em indivíduos, mas sim um conjunto de associações estabelecidas entre agentes “humanos” e “não-humanos”, conectados entre si; e onde as relações de poder, tornam-se foco de atenção.

Nesta perspectiva, está dada a promoção da conexão entre as formas de pensar o desenvolvimento rural sustentável voltado aos agricultores, e sua conexão com os consumidores. Pois a Teoria Ator-Rede (ANT), estabelece instigantemente o debate da sociologia ambiental e sua interconexão com as ciências sociais e naturais, e, conseqüentemente, entre os diversos tipos de atores sociais identificados (GUIVANT, 2002).

**Tabela 01:** Relação dos artigos publicados na CAPES entre 2010-2020, que se vincula ao termo “redes sociais de resistência”

<i>Ano de Publicação:</i>	<i>Revista Científica:</i>	<i>Autores:</i>	<i>Título da obra:</i>
2010	NERA	ALTIERI, M. A.	Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar
2011	Sociologias	PLOEG, J. D. V.D.	Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional
2011	Mundo Agrário	BARCELLOS, S. B.	<b>1- As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária</b>
2011	INTERthesis	RADOMSKY, G. F. W.; LEAL, O. F.	<b>2- Risco, sociedade e ambiente: O caso da produção ecológica cooperativa e a gestão global da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais</b>

2012	NERA	FABRINI, J. E., et al.	Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR
2013	Acta Scientiarum	CONTE, I.I.; BOFF, L.A,	As crises mundiais e a produção de alimentos no Brasil
2014	ARS & HUMANITAS	ALQUÉZAR, R., et al.	Prácticas cooperativas: ¿Estrategias de supervivencia, movimientos alternativos o reincrustación capitalista?
2014	NERA	ALMEIDA, R.A.de; HERNÁNDEZ, D. G.; COLLADO, A. C.	A "nova" questão agrária em Andalucia: processos de recampezinação em tempos de impérios agroalimentares
2014	RMS	BOSSLE, M. B.; NASCIMENTO, L. F. M. Do	<b>3- As relações interorganizacionais na rede justa trama como um fator de sucesso na produção e comercialização dos produtos do algodão ecológico</b>
2015	Ambiente & Sociedade	AGUAYO, B.E. C.	Economías campesinas, industria florestal e incêndios: Inestabilidad sociocultural y la agricultura como resyistencia
2015	Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional	GOMES, R. A.; MATIAS, T. L.; PAULINO, J. S.	<b>4- Articulações interinstitucionais na realização de feiras agroecológicas na microrregião de Campina Grande-PB</b>
2016	Ra'e Ga	FINATTO, R. A.	<b>5- Redes de Agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil</b>
2016	Retratos de Assentamentos	MELO, T. G.; SCOPINHO, R.A.; GONÇALVES, J. C.	<b>6- Entre o legal e o rural: assentamentos rurais do tipo PDS na microrregião de Ribeirão Preto</b>
2018	Sociedade e Estado	MELO, T.G.; SCOPINHO, R.A.	<b>7- Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis</b>
2020	Retratos de Assentamentos	VILHENA, L.F.N.; FERREIRA, L. A.	<b>8- Reforma agrária popular do MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA</b>

Fonte: Periódicos CAPES, sistematização das autoras.

Dos quinze artigos observados na Tabela 1, serão utilizados apenas os numerados de 1 a 8, tendo em vista que estes versam sobre a realidade brasileira e são os que mais se aproximam da fundamentação do termo “redes sociais de resistência”.

### Cenário de inserção da produção agroecológica no rural brasileiro

No sistema planetário capitalista, que se apoia na pilhagem dos recursos naturais e na busca do rompimento das barreiras da expansão do valor, acentua-se a disputa pelos recursos (HARVEY, 2004), o que faz da questão ambiental uma pauta de caráter global, em um emaranhado jogo de forças, onde a degradação encontra-se medida pela

disputa entre os Estados. Nesse ambiente, se sustentam e se aprofundam as características da acumulação primitiva – expulsão dos camponeses, mercantilização da terra, transformação das formas de usufruto e de propriedade voltadas ao setor privado, supressão das formas alternativas de produção, subordinação econômica e política das nações periféricas, usura e sistema de crédito – e criam-se novos mecanismos de acumulação que perpassam o caráter predatório do sistema (HARVEY, 2004).

Os ares de rentabilidade da indústria brasileira contribuíram para uma expressiva redução do controle dos preços dos produtos agrícolas e para os processos de migração, que foram identificados de forma expressiva no século XX.

Trata-se de estratégia governamental que demandou resposta da parte dos latifundiários brasileiros, tendo em vista o declínio de sua lucratividade e participação; os proprietários de terra optaram pelo desenvolvimento de uma agricultura com pouca relação entre capital e trabalho (redução de mão-de-obra assalariada), além da manutenção de salários subumanos e com a utilização do ambiente de produção predatório.

Em um modelo intitulado agronegócio, que amplia a articulação entre expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, ao passo que é beneficiado por programas e projetos especiais, que garantem ao latifúndio a obtenção de linhas de apoio, validando um viés conservador do agrário brasileiro, batendo recordes de produtividade, sem realizar reformas.

Cenário que evidencia que historicamente, “seja em governos autoritários e militares, seja em governos marcados pela democracia eleitoral (a que nos resta), a estrutura da propriedade da terra pouco se alterou no Brasil nos últimos cinquenta anos” (NAKATANI; FALEIORS; VARGAS, 2012, p.234). O que valida no capitalismo contemporâneo, que a coordenação de atores e ações é central na configuração de um território que se encontra concentrado em monoculturas que dominam a paisagem (AGUAYO, 2015).

Nas palavras de Ploeg (2008), tendo em vista a incessante busca por racionalizar o sistema de acumulação e, neste processo a terra, ocorre um movimento de

desnacionalização da propriedade e dos produtos de bens de consumo, em detrimento dos "Impérios Agroalimentares"<sup>12</sup>. No entanto, com a implementação do "império dos alimentos", o que se tem de maneira geral é uma falta generalizada de acesso aos alimentos nos países periféricos, que já contabilizam mais de 800 milhões de pessoas no planeta. Segundo Ploeg (2008),

o império faz o mundo parecer um mercado, e mais: ele controla os mercados com um dinamismo impressionante. Reproduz-se através da abertura e alteração de fronteiras e faz com que a própria noção de alimentos seja redefinida constantemente. Logo, se os alimentos são transformados em mercadorias, conforme descrevemos anteriormente, em decorrência dos impérios alimentares e seus lucros, a solução para sanar a fome não está nos mercados, tampouco no livre comércio (CONTE; BOFF, 2013, p.55).

Na questão alimentar, o que se apresenta é problema de expropriação e de não distribuição dos alimentos produzidos, além do intenso uso de agrotóxicos e alteração genética dos produtos, os quais acabam sendo transformados em *commodities* (CONTE; BOFF, 2013). Nesse sistema, a natureza, apesar de participar do processo de acumulação, torna-se invisível aos processos humanos, naturais, materiais e tecnológicos, e se entrelaça na criação do híbrido socionatural, que está repleto de tensões e conflitos que impulsionam as comunidades a se adaptarem às condições adversas e à pressão das economias dominantes, com novas formas de negociar e resistir.

Segundo Ploeg (2011, p. 129 e 130), os atores incitam à busca por novos bens e serviços que eram e são criados, levando em consideração que "os principais mercados para os produtos padronizados apresentam falhas sistemáticas (devido, entre outras coisas, à posição central dos impérios alimentares na governança desses mercados)". Desta forma, os atuais processos de desenvolvimento rural sustentável, que vão muito

---

<sup>12</sup> "O ordenamento dos Impérios significa o controle do território e a disseminação de normas e padrões como forma de assegurar a apropriação das riquezas. Situação que sinaliza que o capital encontrou fôlego no sistema agroalimentar e no controle dos bens primários, em particular minérios, grãos, agrocombustíveis e celulose" (ALMEIDA; HERNÁNDEZ; COLLADO, 2014, p.09).

além dos mercados, são caracterizados por um conjunto de respostas às falhas de mercado, que requerem o envolvimento e a construção ativa de novos mercados. O que indica que estamos diante de uma questão que se coloca frente ao sistema capitalista e seu modo de produção e reprodução, e que está atrelada à sobrevivência do planeta e dos seres humanos que precisam se alimentar (CONTE; BOFF, 2013).

Segundo Nakatani; Faleiros; Vargas (2012, p. 237), devido aos “limites fiscais e estruturais de nossa economia e a correlata necessidade (crescente) de geração de superávits via exportação de commodities viáveis apenas em grandes escalas (latifúndios), sobretudo nas lavouras ligadas à produção de biocombustíveis”, bem como, devido “a força política da bancada ruralista e à defesa contundente que o governo brasileiro tem feito dessa forma de inserção absolutamente especializada na economia mundial”. Estratégias que se refletem na redução de crédito para a efetivação de assentamentos e para recursos destinados à obtenção de área de reforma agrária, o que faz da luta do trabalhador rural/camponês/agricultor familiar uma forma de resistência ativa e, por vezes, alternativa.

Nesses espaços de resistência, os interesses dos diferentes atores terra, natureza, sementes, biodiversidade, trabalhador rural/camponês/agricultor familiar – são ponderados dentro de uma dinâmica que problematiza os critérios de racionalidade econômica e insere práticas redefinidas, por meio desses interesses, em um projeto de atuação “pós-capitalista” (GIBSON-GRAHAM, 2006).

Dentre os movimentos destaca-se a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que defende uma inserção própria de cooperação para os assentamentos, principalmente após os anos 90, com uma nova proposta de luta campesina intitulada: “Reforma Agrária Popular<sup>13</sup>”, a qual é ancorada em princípios da agroecologia, para a produção de comida em prol da soberania alimentar. O movimento

---

<sup>13</sup> Dentre as principais propostas deste novo modelo de reforma agrária, estão: o rompimento com a monocultura e a promoção de uma agricultura diversificada; produção sustentada em bases agroecológicas, livres de agrotóxicos e transgênicos; e produção de alimentos saudáveis, preservando a saúde do camponês e do consumidor (MST, 2013).

tem em sua defesa a manutenção da biodiversidade e da saúde da população, bem como a inclusão da agricultura familiar, haja visto a falta de uma reforma agrária social no país.

Motivado por tais aspectos, o MST identificou que era necessário lapidar os modelos de assentamentos, passando do interesse somente em trabalho e produção, em busca de uma nova estrutura que ampliasse a participação dos militantes, assentados, acampados, o que os fez se aproximar da agroecologia. Nesta articulação, o agricultor passa a ter mais destaque nas ações, sendo sujeito criador da sua existência que fortalece o social, o político e o ambiental em seus espaços (FERREIRA, 2020).

A exemplo do MST, com a experiência da "Reforma Agrária Popular" citada acima, que, para além da mobilização por distribuição de terras, mobiliza-se em prol do fortalecimento local por meio da produção de alimentos saudáveis e do fortalecimento da segurança alimentar nesses espaços.

Segundo Santos et al. (2014), é pela agroecologia que movimentos como o MST têm encontrado princípios e fundamentos para enfrentar os avanços do agronegócio, pois a prática agroecológica tem sido construída como possibilidade de uma real sustentabilidade para o meio rural, dispondo de bases técnico-científicas e estratégias de desenvolvimento, compatíveis com a realidade camponesa, objetivando a permanência das famílias no campo, o manejo sustentável dos solos, a conservação de recursos naturais, a valorização dos saberes locais e a autonomia do agricultor. Autonomia esta que, sob a ótica da agroecologia, está pautada na possibilidade de produzirem o que precisam; da forma que desejam e com os recursos que escolherem, visando ser o mais independentes possível (FACCO, 2015).

Na contramão da manutenção dos impérios alimentares, estas experiências proporcionam o fomento de mercados emergentes inseridos "em novas redes sociotécnicas que visam a proteger espaços específicos contra o regime imperial e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de trajetórias de desenvolvimento que ultrapassem as limitações inerentes a este regime" (PLOEG, 2011, p.124). E, por sofrerem um processo de integração por meio de seu reconhecimento enquanto categoria social, também sofrem influência do mercado institucional, via

implementação de políticas públicas. Como exemplo, podemos citar o mercado emergente alinhado à dinâmica da alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Atualmente, o PNAE especifica que pelo menos 30% dos alimentos distribuídos a escolas, hospitais, instituições de caridade devem ser adquiridos localmente de camponeses e agricultores familiares. Em 2010, o PNAE possuía um orçamento de 1,7 bilhões de dólares. Assim, o programa criou um mercado aninhado que tanto sustenta a merenda escolar (um elemento essencial no combate à fome) como, simultaneamente, construiu um canal de distribuição para mais de 300.000 pequenos agricultores (SCHNEIDER; TRICHES, 2010).

Somado ao movimento agroecológico, outro fator, entendido como instrumento de desenvolvimento econômico e social e objeto de regulamentação legal neste contexto, é o cooperativismo, compreendido enquanto princípio organizativo das atividades econômicas, que é apropriado principalmente em sua utilização para a comercialização de produtos.

Com sua regulamentação datada da década de 1930, tem nos assentamentos rurais recentes um papel crucial enquanto figura organizativa a partir do surgimento das primeiras linhas de crédito específicas para os trabalhadores rurais assentados no final de década de 1980, cujo foco são programas de fomento à produção e à comercialização (MELO; SCOPINHO, 2018).

### **A organização cooperada e a agroecologia, como formas de resistência**

Com base nos argumentos estruturados até o momento, é importante a reflexão sobre as políticas e estratégias estabelecidas nas relações campo e cidade, no interior da lógica de desenvolvimento, e problematizar as relações entre o modelo de acumulação vigente e as economias de resistência, oriundas da agricultura familiar/camponesa. Tal reflexão carece de urgência, pois, para além das expectativas mercadológicas, é preciso pensar em garantir um desenvolvimento ecologicamente e socialmente sustentável.

Neste aspecto, entende-se o termo sustentável como um modo de sobrevivência em que a vida não seja constantemente ameaçada de extinção (CAVALCANTI, 2004); e quando atrelada à noção de desenvolvimento rural, esta seja objeto de múltiplas práticas, expressas na intencionalidade dos atores que se materializam individual e coletivamente; e por ações estatais de coordenação e regulamentação das práticas heterogêneas (PLOEG, 2011).

Com uma proposta de interconexão entre indivíduos, natureza, tecnologia e artefatos materiais (humanos e não-humanos) enquanto redes, agenciamentos e associações heterogêneas. Isso implica superar ações reducionistas que consideram as condições materiais ou os seres humanos como causas últimas de mudança ou da estabilidade social. Sendo necessário compreender as relações como complexas e contingentes, e que a ação é produto da implexa mobilização de uma rede de atores e atuantes (LATOUR, 2006).

Essa relação, aplicada ao cenário político, implica em politização enquanto membros de associações coletivas que transcendem as dicotomias entre sujeito e objeto (AGUAYO, 2015), considerando o desenvolvimento rural enquanto conjunto de respostas às falhas de mercado; e que essas respostas implicam e evoluem através da construção de novos mercados (PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2011).

Contexto que se reflete em uma aparente contradição pois existem “mercados de produtos básicos (commodities) globalizados e liberalizados para produtos agrícolas e os alimentos. Estes são os mercados que, cada vez mais, geram as já mencionadas falhas de mercado: desigualdades sociais e espaciais agudas” (PLOEG, 2011, p. 122) e a imersão de novos mercados.

Segundo Gibson-Graham (2008), para compreender a sutileza desse duplo movimento de reapropriação e resistência em meio a crises, é necessário manter os conceitos de articulação, integração e hegemonia, em oposição à diversidade e ao pluralismo; no entendimento de que as noções de conflito conectam outras experiências econômicas com a ideia de luta social e resistência à desapropriação e à exploração.

Ambientes onde ocorrem estratégias de solidificação de mercados mais coerentes, com o fomento de práticas cooperativas que constituem a espinha dorsal da reprodução social nas sociedades humanas, tendo em vista aspectos como reciprocidade, redistribuição; e o fomento de sistemas comunitários e com uma lógica diferenciada, impulsionados pelas crises da atual reestruturação do desenvolvimento capitalista.

Na prática, o que se identifica é a multiplicação de movimentos alternativos estruturados em torno de ações cooperativas, das quais inúmeras estão envolvidas em processos de luta, a exemplo das práticas cooperativas existentes via movimento social (MST, Via Campesina, Rede Ecovida). Tendo em vista que por meio da organização social e cooperada, contribui para a melhoria das condições de vida da família rural.

Permeada por tais práticas, a agroecologia nasce das críticas ao atual sistema de desenvolvimento dominante, expresso na ideia de que o crescimento econômico, considerando exclusivamente o Produto Interno Bruto-PIB por si só possa promover o desenvolvimento socioeconômico. Defende-se, portanto, a construção um novo sistema com propósitos de solidariedade, respeito e generosidade (SICARD, 2009).

Na mesma linha de pensamento, preconiza-se a insistência em processos que gerem estratégias de transição gradativa dos sistemas agrícolas convencionais para sistemas agrícolas alternativos, com ações de instância local e atrelados à participação dos sujeitos. Pois, apesar da agroecologia se apresentar como uma ciência nova (CAPORAL, 2009), ela dá suporte aos trabalhadores rurais/agricultores familiares/camponeses para resgatarem práticas ancestrais de cultivo e sustento, além de impactar nas relações de poder nas quais os mesmos estão inseridos.

### **Movimentos sociais e “redes sociais de resistência”, uma leitura a partir do recorte bibliográfico**

Diante das dinâmicas cooperativa e agroecológica esboçadas no ponto anterior, identifica-se que elas mobilizam a sociedade civil organizada, por proporcionarem a seus adeptos alternativas repletas de significados. Dentre as articulações existentes, é massiva a participação de movimentos sociais, empresas e redes de atores que operam

paralelamente (e por vezes de forma conjunta/interligada) às instituições estatais na produção dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Nesses espaços, a presença da capacidade inovadora desses atores é distinta de um lugar para outro, assim como as coalizões e/ou confrontos em que eles se engajam, fator que impede a restrição de implementação das políticas (PLOEG, 2011).

Com o propósito de articular essas experiências ao termo "redes sociais de resistência", para além do recorte bibliográfico exemplificado na Tabela 1, realizou-se uma reflexão aprofundada entre as atividades práticas que mais se articulam à identificação da produção agroecológica e da organização cooperativa com o referido termo.

Longe de sanar todas as possibilidades analíticas dos estudos elencados, a proposta aqui é articular suas experiências e resultados ao fortalecimento do termo "redes sociais de resistência".

### Da organização do recorte bibliográfico

Para tanto, das 15 referências da Tabela 1, foram extraídos 8 artigos (que se encontram negritados e numerados na Tabela 1), para esta reflexão. Conforme pode ser observado abaixo, na Tabela 2, foi realizada uma síntese dos objetivos dos trabalhos utilizados, bem como um resumo da metodologia utilizada para a coleta de dados, tendo em vista uma melhor visualização por parte do interlocutor.

**Tabela 02:** Objetivos e orientação metodológica dos artigos empíricos que fomentam o termo "redes sociais de resistência", extraídos da CAPES entre 2010-2020.

<i>Título da obra:</i>	<i>Objetivos do estudo:</i>	<i>Recorte, metodologia e sistematização de dados:</i>
<i>1- As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária</i>	Identificar quais são as disputas e os conflitos acerca da consolidação da agroecologia como uma das alternativas e iniciativas de desenvolvimento em um assentamento de reforma agrária.	Ocorreu no Assentamento Santa Rosa que está localizado em Tupanciretã-RS. Realizada por meio de pesquisa bibliográfica e relato das percepções de vivências em alguns assentamentos.
<i>2- Risco, sociedade e ambiente: O caso da produção ecológica cooperativa e a gestão global da</i>	Subsidiar o debate sobre risco, a partir de uma análise sobre a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais. Examinando o	A pesquisa, de caráter etnográfico, foi realizada com agricultores ecológicos, técnicos mediadores e consumidores vinculados à rede no oeste catarinense,

<i>biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais</i>	caso de agricultores ecológicos vinculados à Ecvoda.	especificamente em: Chapecó Guatambu, Pinhalzinho, Quilombo, Seara e Novo Horizonte-SC.
3- <i>As relações intergogizacionais na rede justa trama como um fator de sucesso na produção e comercialização dos produtos do algodão ecológico</i>	Analisar a comercialização dos produtos da Justa Trama, bem como as relações entre os elos finais dessa cadeia de produção.	A pesquisa se utilizou de estudo de caso e foi realizada na rede Justa Trama de Porto Alegre-RS. Com visitas ao Trama Justa de POA e entrevista com a sua presidente, com perguntas abertas, que abordaram aspectos relacionados à comercialização e à relação entre produtores, comerciantes e consumidores.
4- <i>Articulações interinstitucionais na realização de feiras agroecológicas na microrregião de Campina Grande-PB</i>	Analisar como atua o circuito de políticas, programas e ações voltadas para o desenvolvimento de 7 feiras na Microrregião de Campina Grande, utilizando como perspectiva de análise a teoria do Ator-Rede de Bruno Latour.	A pesquisa foi realizada com feirantes e as distintas representações que apoiam as feiras em Boa Vista, Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Queimadas, Puxinanã e Serra Redonda. Foram realizadas 12 entrevistas com lideranças do bairro e 5 cartografias sociais com pessoas consideradas relevantes dentro das comunidades.
5- <i>Redes de Agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil</i>	Analisar as relações nas redes de algumas cooperativas, associações e empresas que desenvolvem a agroecologia e a produção orgânica na região Sul do Brasil.	A pesquisa foi realizada com representantes de 6 cooperativas, 3 associações e 8 empresas. Foram utilizadas entrevistas amparadas em roteiros semiestruturados e o questionário.
6- <i>Entre o legal e o rural: assentamentos rurais do tipo PDS na microrregião de Ribeirão Preto</i>	Compreender a relação que se estabelece entre os assentados e os mecanismos para implantação dos projetos de assentamento do tipo PDS na Macrorregião de Ribeirão Preto-SP, especificamente as condições técnicas e sociais para a realização da agroecologia e da cooperação.	Realizada no território canavieiro na região de Ribeirão Preto-SP. Utilizou-se de pesquisa etnográfica, acompanhando o cotidiano dos trabalhadores rurais assentados .
7- <i>Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis</i>	Refletir sobre a distância que separa a concepção de desenvolvimento rural presente nas políticas públicas para os assentamentos e a realidade dos trabalhadores organizados em cooperativas.	A pesquisa foi realizada em uma cooperativa de um assentamento rural, localizado em Ribeirão Preto-SP, entre 2013 e 2015. Por meio de estudo de caso, levantamentos bibliográficos e documentais, observações empíricas e entrevistas semiestruturadas realizadas com cooperados e representantes do movimento social e do serviço de assistência técnica.
8- <i>Reforma agrária popular do MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA</i>	Analisar como a “Reforma Agrária Popular” está sendo aplicada no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA, identificando seus avanços e limitações.	A pesquisa foi realizada com assentados do PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA. Teve uma abordagem interdisciplinar e qualitativa, com foco nas dimensões sociais e produtivas. Teve a documentação indireta; a observação participante; análise histórica; e algumas ferramentas da metodologia de Diagnósticos Rurais Participativos como: para sua realização.

Fonte: Periódicos Capes (2010-2020), sistematização das autoras (2022).

Na tabela acima se observa uma diversidade de lócus de pesquisa, e, embora num primeiro momento (Tabela 1) estejam elencadas pesquisas fora do Brasil, o intuito da Tabela 2 é delimitar as experiências de resistência brasileiras; das quais se destacam as

do sul do país (artigos 1, 2, 3), com ênfase para as ocorridas no Rio Grande do Sul e que compõem a análise de 3 artigos. Além das pesquisas que se dão na Paraíba e no Pará (artigos 4 e 8) e no Estado de São Paulo (artigos 6 e 7), que ocorrem especificamente no município de Ribeirão Preto.

Dentre os objetivos dos artigos selecionados, em sua maioria a proposta foi analisar aspectos referentes às redes de comercialização dos produtos, seja por meio de associações, seja por meio de cooperativas e feiras, além de trazer para a discussão as questões de disputas e conflitos em prol da consolidação da agroecologia e da manutenção da biodiversidade (artigos 1 e 2) e a relação entre assentados e a implementação de assentamentos com o foco agroecológico (artigos 6 e 8).

No que compete à metodologia, ao recorte e aos instrumentais de coletas de dados, apenas dois artigos são descritos explicitamente enquanto pesquisas etnográficas (artigos 2 e 6): um artigo se intitula como estudo de caso (artigo 3) e outro enquanto pesquisa interdisciplinar qualitativa (artigo 8).

Em relação ao recorte de pesquisa, apenas um não engloba os agricultores (cooperados, assentados, feirantes) enquanto protagonistas da coleta de dados, artigo em que a prioridade foi entrevistar o presidente da rede de escoamento de produção. Nos demais, além dos agricultores, também foram coletadas informações de atores que compõem as redes, sendo eles: técnicos, mediadores, representantes das feiras, integrantes dos movimentos sociais. Em sua maioria, para a coleta de informações foram realizados entrevistas e questionários.

### **A experiência das “redes sociais de resistência”**

Dentre os resultados obtidos por meio das pesquisas sistematizadas nos artigos, identifica-se como característica relevante a utilização da agroecologia enquanto movimento de resistência. Fator que fica evidente no discurso dos agentes atuantes no MST, no que se refere às questões relativas às tradições, à família e à formação escolar-acadêmica, o que garante uma característica peculiar ao movimento e à sua base social, junto às experiências em agroecologia nos assentamentos rurais. Esses atores sociais atuantes junto aos assentamentos desenvolvem iniciativas e ações em agroecologia e dão a elas a conotação de questionamento e resistência, exercida e vivenciada em relação ao modelo do agronegócio (artigo 1).

Segundo a pesquisa elaborada no artigo 8, a proposta agroecológica, somada aos espaços do MST, tem avançado, proporcionando aos assentados uma produção diversificada e orgânica, capaz de proteger e recuperar o meio ambiente, além de proporcionar sua alimentação e renda. Fatores de resistência que se evidenciam nos resultados das coletas de dados das pesquisas, e que consideram os espaços dos assentamentos como locais que garantem a reconstrução de relações sociais e o resgate de diferentes sentidos, como o de moradia, de relação com a natureza e o de autoestima (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016). No entanto, conforme sinalizam Vilhena e Ferreira (2020), a atividade agroecológica ainda enfrenta as consequências do monocultivo e questões associadas às limitações físicas dos assentados, além do pouco apoio recebido do poder público local.

No caso específico do assentamento de Santa Rosa - RS (artigo 1), as experiências em agroecologia ocorrem associadas ao modo de produção agropecuária e enquanto resistência contra-hegemônica/ou alternativa, com atividades que ocorrem por meio de ações que se materializam naquele espaço e assumem uma conotação de ruptura.

Para além da produção, e como estratégias de manutenção desses espaços diversos, encontram-se as feiras agroecológicas (artigo 6) e a manutenção de banco de sementes (artigo 8), que se caracterizam como espaços de sociabilidade e de troca de experiências e trazem a valorização de produtos locais, além de conseguirem ressignificar os vínculos sociais entre produtores e consumidores.

Conforme se observa no artigo 5, as feiras agroecológicas se instituem como uma notória motivação de compra e venda entre comerciantes e consumidores, em um contexto que fomenta a existência das redes de agroecologia, que só são possíveis a partir da mobilização e pressão política no apoio à legalidade da certificação participativa e a ampliação de produtos ecológicos oriundos da agricultura familiar, em programas como o PAA e o PNAE (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016).

Segundo o que foi discutido no artigo 2, esses locais também contribuem para a manutenção da base genética, em detrimento da diminuição das variedades de espécies vegetais, por meio da multiplicação de sementes, processo que estimula a valorização e a salvaguarda de conhecimentos tradicionais, na sua multiplicidade.

Nessa sistemática de operacionalização das feiras e no resguardo de sementes, se produzem relações de confiança que fazem com que os agricultores as reconheçam como

essenciais. Aspectos que revelam que, mesmo sem uma intencionalidade explícita nesse sentido, tais propostas de resistência projetam na agroecologia uma ferramenta de disputa de poder, associada ao debate ambiental. Contexto que se materializa por intermédio das organizações sociais que propõem esquemas coletivos de resistência aos controles sobre a natureza e os saberes, a exemplo das ações de multiplicação de sementes, incentivo ao fomento de certificações coletivas e promoção da multiplicidade dos saberes do campo (BARCELLOS, 2011).

Fruto do esforço coletivo dos agricultores abordados nos artigos, que busca problematizar os riscos e garantir um certo controle por parte dos agricultores familiares/assentados. No que compete à sua reprodução e manutenção, caracterizadas pela predominância de fluxos curtos representando a preferência pelo mercado local e regional para os produtos, pela diversidade de funções ocupadas pelos agricultores e pela utilização de estratégias de certificação participativa, conforme se pode observar nas considerações sinalizadas no artigo 5.

Nessas experiências os agricultores familiares/assentados/feirantes são protagonistas dos processos sociais, sem perder de vista os condicionantes históricos e estruturais. Em que sejam consideradas as regras estabelecidas nos coletivos, além de a dimensão produtiva agroecológica, as experiências de cooperação, as formas de organização do trabalho e das outras dimensões da vida cotidiana (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016). A exemplo das feiras de comercialização de produtos e da inserção em projetos de fomento de produção e assistência técnica, que os auxiliam a problematizar riscos e mediatizar os controles sobre a produção, além de promover interações sociais frequentes e circuitos de trocas em rede, no intuito de conservar e disseminar conhecimentos (RADOMSKY; LEAL, 2011).

Para além da produção, a aprendizagem, a disseminação de conhecimento e a transparência nas relações apareceram como fortes características (SOSSLE; NASCIMENTO, 2014). A exemplo do que acontece na rede Justa Trama<sup>14</sup>, que se destaca por estimular os consumidores a se inserirem no comércio justo e por incentivar a valorização de todos os elos da cadeia por meio de remuneração justa e respeito entre as partes envolvidas.

---

<sup>14</sup> Para saber mais sobre a rede Justa Trama, acessar: <https://justatrama.com.br/>

No artigo 4, com experiência na microrregião de Campina Grande, Paraíba, essa experiência se apresentou como uma nova maneira de organizar a cadeia, apresentando não só a inovação ambiental de um novo produto, como também uma inovação social com novas formas de interação na cadeia e, dessa forma, produzindo solução para um problema social de escoamento de produção, que havia sido identificado.

Solução essa fomentada por parcerias entre o poder público local, associações de produtores e instituições de apoio à agricultura ecológica, em um fluxo em que se valoriza o posicionamento dos agricultores por meio de novas formas de diálogo e por edificação de estratégias para comercialização e a interação com os insumos e recursos locais disponíveis. Funcionando como força motriz para impulsionar as ações que vêm sendo desenvolvidas e implementadas localmente, com vistas a dinamizar a economia dos agricultores familiares, mais especificamente a comercialização de produtos agroecológicos (GOMES.; MATIAS.; PAULINO, 2015)

Segundo o relato da experiência das feiras na Paraíba,

Para maior nível de autonomia econômica dos agricultores atuantes, as ações de beneficiamento às feiras devem ser mais efetivas desde o acompanhamento nas propriedades, com forte emprego de mão de obra. Para o incremento e distribuição de renda, o incentivo à certificação participativa e à diversificação produtiva deve se adequar ao desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis, no intuito de prover aos consumidores uma maior qualidade dos produtos. Uma maior participação nos processos decisórios e efetivo compartilhamento de informações certamente podem proporcionar o estabelecimento de relações mais estáveis no que concerne à organização dos feirantes (GOMES.; MATIAS.; PAULINO, 2015, p. 21).

No entanto, ressalta-se que o modo de organização social cooperada, ao ser institucionalizada, também revela um modelo de formulação de política que desconsidera a existência das condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores e aposta na ideia de que os dispositivos legais, por si só, garantem a organização das redes de sustentação política e cultural necessárias ao funcionamento das cooperativas (VILHENA; FERREIRA, 2020), estrutura que dificulta a operacionalização e consolidação das propostas.

Pode-se observar em todos os artigos analisados, resultantes de pesquisas, alguns desafios e pontos a melhorar. No primeiro artigo, o autor salienta que a produção agropecuária praticada nos preceitos da agroecologia unicamente, não é capaz de viabilizar social e economicamente uma família assentada e que, por vezes, ela necessita recorrer a outras estratégias, seja trabalhar fora do lote, ou até mesmo arrendar sua terra. Para o autor, constitui-se em um desafio trabalhar em prol do acúmulo de outras espécies de rendimentos e de organização política, cultural, econômica e social, que garantam essa viabilidade.

Dentro dessa perspectiva, Sossle e Nascimento (2014) reforçam a necessidade de se ter cautela, segundo eles, embora a inserção dos produtos em espaços de comércio justo no mercado tradicional seja uma tendência mundial, a organização estudada não entende como uma boa estratégia. Tal posicionamento se dá pelo fato de que as organizações menores correm o risco de ficar submissas às pressões comerciais e acabarem perdendo a sua essência. Até mesmo por não conseguirem administrar os problemas da produção descontínua pelas recorrentes estiagens e, ainda, as dificuldades na divulgação de forma a alcançar uma maior valorização por parte dos consumidores a respeito do consumo de produtos sem agrotóxicos, ou até mesmo por falta de veículos adequados para o transporte dos produtos.

Segundo as pesquisadoras Melo, Scopinho e Gonçalves (2016), isso ocorre porque ainda não conseguimos, enquanto nação e sociedade, transformar estruturalmente as condições de degradação ambiental existente nos territórios e/ou as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras assentadas.

Nesse contexto, em algumas situações permanece a reprodução de antigas práticas de trabalho que não alteram, estruturalmente, as condições de vida e de trabalho. Por exemplo, as dificuldades na geração de renda satisfatória, que mantém as estratégias de sobrevivência de pequena produção, de reproletarização, pela dependência aos programas de políticas públicas compensatórias e incertas, tais como: as de transferência de renda e o próprio PAA.

Especificamente, na realidade das ocupações ocorrem a insegurança e o temor de perderem a terra ou de entrarem em conflito em decorrência da falta de

correspondência entre as exigências de produção e as condições técnicas e sociais para realizá-las. O que indica que há necessidade de se investir em assistência técnica e num conjunto de programas de crédito compatíveis com as especificidades de um tipo de produção agrícola que conserve os recursos naturais. Além de políticas de desenvolvimento rural que fortaleçam as organizações, no sentido de criar redes de solidariedade (VILHENA; FERREIRA, 2020).

Cruciais também os investimentos em práticas de consumo consciente, pois, conforme sinalizam os autores do artigo 2, a simples atribuição de selos de conformidade orgânica não garante a manutenção da agrobiodiversidade e os saberes associados. Segundo eles, se não houver estímulo a uma profunda crítica ao absolutismo da ciência, como por exemplo a discussão sobre o que (e para quem) elas operam, bem como recriar conexões como elos associativos de interações entre diferentes agricultores e consumidores, a realidade pode não se alterar. Pois, infelizmente, no Brasil, a maioria dos consumidores ainda não valoriza as certificações, assim como nem sempre tem o hábito de verificar constantemente qual a origem dos produtos que está comprando (SOSSLE; NASCIMENTO, 2014).

Na Microrregião de Campina Grande, na Paraíba, (artigo 4) há um conjunto de relações em rede que tem possibilitado a construção de um mercado alternativo, cujo enfoque agroecológico acaba por basear a prática produtiva e o comportamento de distintos atores em torno das feiras agroecológicas.

Para Latour (2012), um mercado alternativo em redes deve incluir atores como o Estado, representado pelo fluxo simultâneo de associações que se concretizam dentro das múltiplas formas de relacionamento entre os agentes que põem em prática o que está no discurso oficial das políticas.

### **Considerações finais**

Conclui-se que o contexto contemporâneo se apresenta, dentre outras questões, envolto em um cenário de negação à crise climática, que está atrelada às necessidades das grandes elites e de sua manutenção. Fator que exacerba as desigualdades entre

países centrais e periféricos e, em contrapartida, fomenta um repensar da relação ser humano-natureza, tendo em vista a oposição ao pensamento negacionista.

Como pode ser observado no texto, este repensar perpassa a ecologia política, no sentido de transcender as dualidades entre as ciências naturais e sociais; a compreensão da necessidade de se fomentar uma explicação conjunta entre humanos e não-humanos, circulantes em uma grande rede de mediações; e a importância central, nos estudos sobre desenvolvimento rural, do agricultor familiar para a transformação do contexto atual.

Conjuntura que não se configura na morosidade, tendo em vista o tensionamento do agronegócio e a necessidade de se suprimir o protagonismo dos agricultores. Que pode ser visualizado por meio do discurso ilusório de liberdade que lhes foi imposto, e que se materializa na monopolização da terra e de subsídios, no crescimento do setor industrial, na desnacionalização das propriedades e na fome. Ambiente hostil, que, em contrapartida, também faz emergir a resistência em prol de um desenvolvimento rural sustentável, que aqui é materializado por meio da luta dos trabalhadores rurais sem terra e de uma reforma agrária popular; na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis e em um equilíbrio ecossistêmico; e na organização de mercados alternativos, com a predominância de organizações cooperativas, de agroindústrias familiares e que fomentam alternativas ao mercado produtivista.

Segundo a experiência relatada nos textos aqui trabalhados, é por meio da disseminação da agroecologia, da implementação de assentamentos agroecológicos e da manutenção de redes justas de comercialização de produtos que as possibilidades desse tipo de desenvolvimento se materializam. A agroecologia é utilizada enquanto ferramenta de poder; as produções agroecológicas buscam o resgate das relações sociais e culturais das comunidades e sua relação com a natureza; e onde a comercialização ocorre com uma conotação de ruptura, com circuitos curtos de comercialização que podem fomentar mais "redes sociais de resistência", em uma articulação direta com o consumidor.

Dentre os desafios, observa-se a falta de financiamento específico para tais estratégias, a incompatibilidade de investimentos relacionados à preservação

ambiental, a institucionalização da organização cooperada fora das condições objetivas, e a falta de fomento na consolidação de consumidores conscientes.

Como contraponto, para que haja a expansão dessas “redes sociais de resistência”, é crucial o fortalecimento das distintas interfaces entre o Estado e agricultores, com processos contínuos de interpretação, negociação, renegociação. Com ações que perpassam a confluência do debate da posse e do uso da terra e de um desenho de aliança entre cidade e campo, capaz de acelerar a democratização da terra e a transição agroecológica como alternativa ao neoliberalismo.

## Referências

ALQUÉZAR CRUSELLAS, R.; HOMS RAMÍREZ DE LA PISCINA, P.; MORELLÓ CALAFELL, N.; SARKIS FERNÁNDEZ, D. *Zadružne prakse: strategije preživetja, alternativna gibanja ali vpetost v kapitalizem?*. **Ars & Humanitas**, Ljubljana, SI, v. 8, n. 1, p. 151–166, 2014. DOI: 10.4312/ars.8.1.151-166. Disponível em: <https://journals.uni-lj.si/arshumanitas/article/view/2764>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, [S. l.], n. 16, p. 22–32, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i16.1362. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ALVES, A. F. Do Desenho a Implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná). 2008. 234, p. **Tese**. UFSC. Florianópolis. 2008.

AGUAYO, B. E. C. Peasant economies, forestry industry and fires: socio-natural instabilities and agriculture as means of resistance. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 93-114, mar. 2015.

ALMEIDA, R. A. de; HÉRNANDEZ, D. G.; COLLADO, Á. C. A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. **Revista Nera**, n. 24, p. 09-35, 5 jul. 2014.

BARCELLOS, S. b. As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. **Mundo agrário**, La Plata, v. 12, n. 23, p. 00, dic. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1515-59942011000200006&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942011000200006&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 31 janeiro de 2022.

BOSSLE, M. B.; NASCIMENTO, L. F. M. do. As relações interorganizacionais na rede Justa Trama como um fator de sucesso na produção e comercialização dos produtos do algodão ecológico. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 64-81, maio 2014.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Ambiente e Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 149-156, 2004.

CONTE, I. I.; BOFF, L. A. As crises mundiais e a produção de alimentos no Brasil. **Acta Scientiarum. Human And Social Sciences**, v. 35, n. 1, p. 49-59, 16 out. 2013.

CORNETTA, A. Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S. l.], n. 10-11, p. 131-135, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/156>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

DARONCHO, L. A nova NR-31 – regulação do trabalho rural: liberalismo de devastação. Leomar Daroncho. In: **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil.** /Wanderlei Antonio Pignati, Marcia Leopoldina Montanari Corrêa, Luis Henrique da Costa Leão, Marta Gislene Pignatti, Jorge Mesquita Huet Machado. Organizadores-1. Ed- São Paulo: Outras Expressões, 2021.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: **Ipea**, 2005.

FABRINI, J. E.; ROOS, D.; MARQUES, E. B.; GONÇALVES, L. D. Lutas e resistências no campo paranaense e o Projeto Dataluta-PR (Struggles and resistance in countryside paranaense and the project Dataluta-PR). **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 21, p. 33–49, 2013. DOI: 10.47946/rnera.v0i21.2131. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2131> . Acesso em: 17 jun. 2022.

FACCO, V. A. B. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR). **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 18, nº. 29 p. 70- 100, Jul-Dez. 2015.

FINATTO, R. A. Redes de agroecologia e produção orgânica na região Sul do Brasil. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 38, p. 107 - 145, dez. 2016. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/42242>>. Acesso em: 17 jun. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v38i0.42242>.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Crítica Marxista. Trad. Maria Tereza Machdo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANÇA, V. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. **Intexto**, v. 2, n. 7, p. 1-10, julho/dezembro 2001. Disponível em: [Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito | Intexto \(ufrgs.br\)](http://www.intexto.ufrgs.br) . Acesso em 25 mai. 2022.

GIBSON-GRAHAM, J-K. **The End of Capitalism (as we knew it). A Feminist Critique of Political Economy.** **University of Minnesota Press.** Minneapolis. 2006.

GUIVANT, J. S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: , v.19, p.72 - 88, 2002.

GOMES, R. A.; MATIAS, T. L.; PAULINO, J. S. Articulações interinstitucionais na realização de feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande-PB. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 103, 30 nov. 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. da. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 391-394, jun. 2021.

LATOUR, B. **Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** Salvador, BA: Edufba. 2012.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.** São Paulo, SP: Editora Unesp. 2019.

LATOUR, B. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno (1a ed.).** Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo. 2020.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 61-84, abr. 2018.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C. Entre o legal e o real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 41-67, 2016. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/198> . Acesso em: 30 janeiro de 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. A proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1ª ed. Expressão Popular, v.8, Capítulo 7, p. 149-165, 2013.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 213-240, 2012.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Ufrgs, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, [S.L.], v. 13, n. 27, p. 114-140, ago. 2011.

PLOEG, J. D. V. D.; YE, J.; SCHNEIDER, S. Rural development reconsidered: Building on comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Rivista do Economia Agrária**, 2011.

RADOMSKY, G. F. W.; LEAL, O. F. Risco, sociedade e ambiente: o caso da produção ecológica cooperativa e a gestão global da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis-SC, v. 8, n. 2, p. 335-356, 26 dez. 2011.

REIS, D.A. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan.-abr. 2020. Disponível em: [Vista do Notas para a compreensão do Bolsonarismo \(pucrs.br\)](https://pucrs.br) . Acesso em: 25 mai. 2022.

ROQUE, 2021. Negacionismo no poder, crise de confiança e colapso ambiental no Brasil. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/03/01/negacionismo-no-poder-crise-de-confianca-e-colapso-ambiental-no-brasil> . Acesso em: 06 de abril de 2022.

SCHNEIDER, S.; TRICHES, R. M. Short Review of the Brazilian School Feeding Programme – and an example of an innovative way of implementation. 2010. **PGDR- UFRGS**, Porto Alegre, 2010.

SCHWARTZMAN, S. (1994), "Os dinossauros de Roraima (ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour)". **Novos Estudos**, 39, p. 172-179, 1994.

SICARD, T. E. L. Agroecologia: Desafios de uma ciência ambiental em construcción. **Agroecología**, v.4, p. 7-17, 2009.

SILVA, M. das G. e. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**- São Paulo: Cortez, 2010.

VILHENA, L. F. N.; FERREIRA, L. A. Reforma agrária popular e MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-Sp, v. 23, n. 2, p. 205-230, jul. 2020.